

# Dois dias para a história

## II Congresso dos TOC

«É um marco histórico que hoje aqui vivemos, porque nos permitirá ter uma visão diferente do mundo». A frase, da autoria de Domingues de Azevedo, foi proferida na sessão de encerramento e resume bem o espírito que ao longo de dois dias (3 e 4 de Novembro) perpassou pelo Pavilhão Atlântico, em Lisboa. O II Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) saldou-se por um esmagador êxito e demonstrou à sociedade os passos firmes de uma profissão jovem mas segura do caminho que pretende trilhar.

Depois, a qualidade do painel de oradores e a presença e intervenção de representantes da profissão de todos os países que falam a língua portuguesa, acabou por materializar-se também em mais uma aposta ganha.

A «missão» de abrir os trabalhos do II Congresso dos TOC ficou a cargo de Alves da Silva, secretário-geral do evento e membro honorário da CTOC. De seguida, usou da palavra Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC, que realçou a massiva presença de TOC naquele anfiteatro gigante. «Depois de dez longos e difíceis

anos de reconhecimento público da profissão de TOC, são momentos como este que nos fazem sentir recompensados», referiu Domingues de Azevedo. O responsável máximo da Instituição sublinhou o papel que a CTOC tem desempenhado ao longo da última década, afirmando-se como uma «voz inconformada, construtiva e permanentemente activa».

Domingues de Azevedo fez ainda questão de destacar o protagonismo da CTOC na introdução da desmaterialização do depósito de contas e das declarações fiscais, iniciativas que vão facilitar o dia-a-dia dos profissionais. «As críticas são sempre naturais, sobretudo a quem ousa fazer, mas mesmo os que nos criticam têm que admitir que o caminho trilhado não tem paralelo no associativismo nacional».

O presidente da CTOC deixou uma palavra final para os representantes dos congéneres afec-

tos à CPLP (Angola, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) com especial ênfase para o vasto número de especialistas vindos do Brasil: «Queremos dizer aos nossos irmãos de língua aqui presentes que estamos com eles. Aproveitemos, pois, este momento para estreitar a colaboração e a troca de conhecimentos entre profissionais, que têm uma língua em comum.»

### Crimes fiscais:

#### PJ com os casos mais complexos

João Amaral Tomaz, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), foi o governante escolhido pelo primeiro-ministro para, em sua representação, estar presente na sessão de abertura do Congresso. Amaral Tomaz referiu ser uma «honra» participar no evento do Pavilhão Atlântico e desejou que o mesmo «contribua para o melhor futuro dos TOC e do país».



Abordando matérias relacionadas com a sua área de actuação, o SEAF orientou a sua intervenção para uma das traves mestras em que assenta a reforma do sistema fiscal: o combate à fraude e evasão. O secretário de Estado enunciou algumas das medidas já assumidas pelo Governo desde que tomou posse em Março do ano passado e que, na sua opinião, têm contribuído para minorar o problema: «A receita fiscal resulta, em boa parte, não de um milagre de crescimento económico, mas de uma série de medidas introduzidas que passam, sobretudo, pela maior vigilância e cruzamento de dados.»

A fraude nas bebidas espirituosas, a recuperação de receita no imposto do tabaco, a alteração do prazo de caducidade em operações de mega-fraudes e a divulgação da «lista negra» dos devedores ao fisco, foram alguns dos exemplos.

Amaral Tomaz enalteceu ainda uma medida que tem permitido «eivar a eficiência» na acumulação de receita, que passa pela obrigatoriedade do Técnico Oficial de Contas comunicar à Direcção-Geral dos Impostos os clientes incumpridores.

Perante a mais vasta plateia de TOC alguma vez reunida, Amaral Tomaz adiantou que o peso da cobrança executiva tende a diminuir no cômputo geral, em benefício da cobrança voluntária. Relativamente às medidas previstas no Orçamento do Estado para 2007, Amaral Tomaz anunciou que o Governo vai apertar o controlo dos produtos petrolíferos em termos de evasão fiscal, nomeadamente através dos «camiões brancos» que circulam sem pagar impos-

to e que vai ser apresentada uma proposta para alterar o RGIT de forma a que não se recorram a subterfúgios para a prescrição do processo penal.

O reforço das sanções aduaneiras foi outro dos objectivos definidos por Amaral Tomaz, bem como a alteração de competências da Polícia Judiciária em matéria de crimes fiscais, elevando-se o montante sujeito a investigação da PJ de 500 mil euros para 1 milhão de euros. «A PJ fica a cargo dos casos mais complexos, enquanto os restantes serão investigados internamente».

Os aplausos não se fizeram esperar. Como para breve estaria também o arranque dos painéis, o primeiro dos quais dedicado à profissão na CPLP (o resumo deste e dos restantes painéis são apresentados adiante). O avanço do ponteiro dos relógios era sinónimo da apresentação de intervenções. Uma mais sérias e ilustradas, outras mais informais e humoradas, outras ainda recorrendo ao improviso e à excelência comunicacional de alguns dos oradores. Todas, no entanto, apresentaram um denominador comum: a qualidade. Um substantivo que acabaria por ser, também, a temática central do último painel do primeiro dia.

### Fala o reconhecimento internacional da CTOC

O sábado arrancou com chuva. Muita chuva, incapaz, contudo, para ter efeitos desmobilizadores nos profissionais inscritos no congresso. A responsabilidade profissional, a normalização contabilística e os TOC na Administração Pública foram os temas centrais do segundo e último dia.



Antes da sessão de encerramento coube ao secretário-geral do evento, Alves da Silva, fazer um rápido balanço. «A qualidade e a variedade dos temas debatidos no Congresso falam por si», sintetizou. Com seis décadas dedicadas à profissão, Alves da Silva lembrou à plateia que «ainda é do tempo em que o chefe de repartição de finanças impedia o Técnico Oficial de Contas de ver o processo da empresa para o qual este fazia contabilidade». Sobre o presente e o futuro da profissão, Alves da Silva afirmou que os tempos que correm são de «confiança e optimismo», visto que os TOC são profissionais cada vez «mais creíveis, mais ouvidos e mais consultados». Para este decano da Contabilidade em Portugal, o segredo para um profissional íntegro reside na sua «formação ética, moral e técnica», não esquecendo a componente práti-

ca e a preparação recebida nas universidades. «É preciso ensinar a pescar e não dar o peixe», acrescentou. Para concluir, Alves da Silva referiu que, em sua opinião, a «única promessa da direcção da CTOC feita no I Congresso dos TOC e que está por cumprir» prende-se com a internacionalização da instituição. «A CTOC precisa de ver a sua actividade reconhecida além-fronteiras, enquanto entidade reguladora da profissão e, para tal, deverá estar inscrita num organismo internacional.»

### «Marco histórico»

O II Congresso caminhava rapidamente para o final. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC, congratulou-se com a forma como os trabalhos decorreram e realçou a presença dos representantes de todos os países de língua oficial portuguesa. «É um marco histó-





rico que hoje aqui vivemos, porque nos permitirá ter uma visão diferente do mundo», salientou o responsável máximo da Instituição, para quem é necessário «continuar com este grande abraço de solidariedade. Queremos continuar a transmitir a nossa experiência. Com este congresso e com a aposta em abri-lo ao exterior, demos um passo de gigante para atingir esse objectivo e ajudar, sempre que assim o entendam, os nossos colegas de outros países que falam a mesma língua.»

O presidente da Direcção da Câmara, e também presidente do II Congresso dos TOC, foi mais longe e acrescentou que este evento «é também um acto histórico porque permitiu prestar a Portugal e à nossa Língua.» E porque o tempo era de balanço e de olhar em frente, «a CTOC tem que ter um rumo, um caminho, tem que saber o que quer e porque quer.» E em jeito de desafio lançado à vasta assistência que aguentou até ao

fim, concluiu: «Venham daí os projectos, porque estamos todos imanados pela vontade de construirmos um futuro melhor para a profissão.»

### **90 por cento da receita fiscal é obtida através da cobrança voluntária** *(Paulo Macedo)*

Coube a Paulo Macedo, Director-geral dos Impostos (DGI), encerrar os trabalhos. Contudo, a voz acabou por trair este responsável e reduzir a uns breves instantes a sua intervenção. Paulo Macedo iria falar sob o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, uma prioridade da DGCI na qual os TOC têm um papel essencial. Com visível esforço vocal acabou apenas por salientar a repartição da receita fiscal do Estado. Dos 25 mil milhões de euros previstos para este ano, 22,25 mil milhões dizem respeito a cobrança voluntária. O restante é referente às correcções da matéria colectável e correcções à colecta. Apenas

cerca de 1,25 mil milhões são obtidos com recurso à cobrança executiva. «Ao contrário do que muita gente pensa, o grosso dos impostos são cobrados de forma voluntária», sublinhou Paulo Macedo para quem a maximização do cumprimento voluntário está interligado com «a simplificação, a informação e educação, a sensibilização de terceiros intervenientes no processo, como os TOC e o incremento da cooperação entre organismos e serviços e os procedimentos de controlo dos faltosos», entre outras medidas.

Paulo Macedo fez ainda questão de salientar a coope-

ração que tem existido entre a CTOC e a DGCI e lembrou a vinheta e a senha de acesso dos TOC como garantia do «selo de qualidade» da informação que chega até ao organismo que tutela. Por isso mesmo, «a importância da atitude pedagógica dos TOC como intervenientes com conhecimentos técnicos capazes de induzir os sujeitos passivos a um correcto cumprimento das normas fiscais, assume papel de relevância», concluiu o DGI.

A intervenção de Paulo Macedo significou o encerramento de trabalhos. A luz solar tinha já desaparecido. Ao contrário, muito provavelmente, dos dois dias de Congresso. Esses ficarão, por certo, na memória de todos quantos nele participaram. E na história da ainda jovem profissão.

*NOTA: A maioria das intervenções pode ser consultada, na íntegra, no site da Câmara ([www.ctoc.pt](http://www.ctoc.pt)).*

### **«A profissão na CPLP»**

O primeiro painel do congresso analisou «A profissão na CPLP». António Lopes de Sá, ilustre académico brasileiro e incontornável figura da Contabilidade latina dos tempos actuais, abriu





o debate, exultando com a ideia de reunir, num só local, todo o mundo que fala português. E porque a língua facilita a comunicação e quebra muitas barreiras, os diferentes sotaques lusos não se fizeram esperar.

**ANGOLA** - Joana Cordeiro dos Santos, Directora Nacional de Contabilidade, lembrou que o seu país não pode ficar fora das tendências e evoluções da Contabilidade e Fiscalidade a nível mundial. «Não podemos prescindir da obrigatoriedade das empresas prestarem informações fiscais.» Angola está igualmente a dar passos significativos para a criação de uma ordem para os técnicos de contas a quem será exigido «um importante papel na reconstrução do país.»

**BRASIL** - António Marangon, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas no Estado de S. Paulo (SESCON-SP), trouxe alguns números que expressam bem a gigantesca realidade brasileira: quatro milhões de empresas,

três milhões delas de pequena ou média dimensão. O tecido económico brasileiro conta com 65 168 empresas de contabilidade, 17 mil das quais só no Estado de S. Paulo. Marangon lembrou que «a profissão tem um grande valor no Brasil. Para pagar impostos e cumprir prazos, só mesmo com um milagre, dada a complexidade do sistema. Mas os profissionais conseguem-no.»

**CABO VERDE** - José Maria Cardoso, presidente da Comissão Instaladora dos Técnicos de Contas, explicou a evolução que a profissão conheceu no arquipélago desde os tempos co-

loniais até à actualidade, recordando que ela está intimamente ligada à evolução do próprio sistema fiscal. Em 1984, o governo cabo-verdiano apostou num plano de contabilidade que veio propiciar um maior controlo sobre as contas das empresas e, oito anos mais tarde, foi introduzida a figura do técnico de contas.

**GUINÉ-BISSAU** - A situação dos profissionais guineenses é mais complexa e problemática. Miguel Mango, presidente da Ordem Nacional de Técnicos de Contas: a organização da profissão começou em 1994 mas só em 1998 foi possível criar a pri-

meira associação. Começou com 11 membros. Hoje, tem cerca de 70 mas apenas oito se dedicam a tempo inteiro à actividade. Os restantes são, na esmagadora maioria, funcionários públicos que exercem a profissão em *part-time*, o que cria sérios problemas de concorrência.

**MOÇAMBIQUE** - Prakash Prehlah, vice-presidente da Associação Contabilística da Beira, recordou que os 16 anos de guerra civil reflectiram-se de forma muito negativa em todos os sectores da sociedade, pelo que a falta de quadros continua a ser um dos principais obstáculos ao desenvolvimento. Moçambique não tem uma associação a nível nacional que represente os técnicos de contas, mas as «bases mínimas para o desenvolvimento da profissão estão lançadas.»

**PORTUGAL** - Armando Marques, vice-presidente da Direcção da CTCOC, debruçou-se sobre a realidade portuguesa. A apresentação, com algumas pitadas de humor à mistura, foi dividida em três partes: passado, presente e futuro. A «viagem» começou em 1963, como o CCI. Recordou-se que nessa altura a qualidade e rigor técnicos não eram dos atributos





mais apreciados. Entre 1989 e 1995 o poder ignorou os técnicos de contas, o que originou uma falta de rigor nas demonstrações financeiras. Apenas a necessidade crescente de uma maior eficácia na cobrança de impostos levou os responsáveis políticos a olhar com mais atenção para aqueles profissionais. Com o Decreto-Lei n.º 452/99 aparecem as exigências e responsabilidades para os profissionais que, pela primeira vez, se passam a designar por Técnicos Oficiais de Contas. Armando Marques realçou a aprovação do Código Deontológico, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2000 e recordou algumas tentativas do poder político «para descredibilizar a profissão.» Só que, como deixou bem patente o vice-presidente da Direcção da CTOC, o «facto de se procurar menorizar a profissão deu-nos mais forças.» Uma batalha dura, mas que valeu a pena. Instituiu-se o controlo de qualidade, uma forma de introduzir novas exigências a nível qualitativo. Recordando que S. Mateus é o padroeiro dos contabilistas, Armando Marques apontou alguns dos desafios que a profissão tem pela frente: qualidade, competência, responsabilidade, de-

ver de princípios e lealdade entre colegas. «Os TOC não querem ser um barco à vela numa tarde sem vento», sintetizou.

**S. TOMÉ E PRÍNCIPE** - Joana Varela, técnica da Direcção de Contabilidade, fez uma retrospectiva da profissão. Em 1980, foi publicado o Plano de Contas, algo que acabou por deixar bem vinculada a resistência à modernização por parte de muitos profissionais. Apesar de haver ainda muitas dificuldades e um longo caminho a percorrer, a profissão enfrenta sérios problemas causados, sobretudo, pela constante deriva do quadro legislativo.

**TIMOR-LESTE** - Por razões sobretudo conhecidas não se pode ainda falar de uma profissão de técnico de contas no país. Os dois representantes timorenses que usaram da palavra, ambos delegados do Ministério do Plano e Finanças, optaram por fornecer alguns dados económicos sobre a evolução do país. Maria de Jesus Sarmiento lembrou que a principal tarefa do governo é, para já, combater a pobreza e deixou alguns dados gerais: Timor-Leste tem 924 mil habitantes, um PIB de 336 milhões de dólares (sem os produtos petrolíferos) e a esperança de vida à nascença é de

50 anos. Manuel Monteiro falou sobre a contabilidade pública para afirmar que ela pretende seguir as Normas Internacionais de Contabilidade em vigor e deixou uma ideia genérica sobre a estrutura dos impostos vigente no território.

#### «A evolução da profissão»

O primeiro painel da tarde foi dedicado ao tema «A evolução da profissão». António Carlos Santos, membro do Gabinete de Estudos da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (GECTOC), recordou a evolução da profissão e da designação de Técnico Oficial de Contas. O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais referiu que, pese embora ter apenas uma década de existência, a CTOC é a primeira associação pública portuguesa. «A Instituição preserva a sua independência, mas assume as suas responsabilidades perante o fisco e o Estado», disse.

#### «Um “exército” unido pode fazer a diferença»

**(Maria Clara Bugarim)**

A presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil baseou a sua intervenção no tema «O papel social da pro-

fissão». Maria Clara Bugarim lembrou os milhões de seres humanos que passam fome e que não têm acesso a água potável. «Partindo da premissa de um mundo melhor, os profissionais da contabilidade e sua organização e distribuição em termos mundiais, podem ser um “exército” que, caso esteja unido, fará a diferença». Maria Clara Bugarim reforçou o enfoque social da ciência contabilística: «A Contabilidade é, antes de tudo, uma ciência social e só tem sentido se for utilizada em prol da sociedade e do bem-estar social. Nos dias que correm, o aspecto fiscal não pode ser sempre prioritário», disse a especialista brasileira.

#### «O pior inimigo do TOC é o próprio TOC»

**(Domingues de Azevedo)**

O presidente do II Congresso dos TOC, Domingues de Azevedo dissertou sobre «A importância da regulamentação» e lembrou que durante 32 anos a profissão desenvolveu-se «num vazio enquadrador do seu exercício, o que criou hábitos que dificultaram a interiorização de novas ideias». Essa situação levou à criação de um conceito menorizado da valorização profissional junto dos próprios téc-





nicos. «A profissão acumulou algum descrédito nesse período e só depois do 25 de Abril surgiu uma nova realidade, tendo-se desenhado novos objectivos, fruto de uma maior intervenção social do Estado. O papel dos TOC foi devidamente valorizado».

Muito mudou desde a revolução de Abril. «Antes de 1974, ensinar Fiscalidade era quase uma heresia. Desde 1985, o casamento entre Fiscalidade e Contabilidade é indiscutível e essa união tornou-se um marco para a profissão».

Para Domingues de Azevedo, a face da profissão mudou muito nos últimos anos, mas a margem de progressão é ainda grande. Domingues de Azevedo deixou alguns avisos para a vasta plateia: «É necessário preservar hábitos da nossa cultura profissional, abolirmos algum egoísmo que ainda existe e acreditar na legitimidade dos órgãos, como a CTOC, que fazem cumprir as regras e sancionam os incumpridores».

O presidente do Congresso afirmou que «os órgãos têm de decidir, sob pena de serem acusados de omissão, discutir os problemas e, acima de tudo, dar passos em frente». Domingues de Azevedo referiu o êxito da

desmaterialização fiscal, por iniciativa da CTOC, exemplificando que em 33 mil membros, apenas um profissional de 84 anos se dirigiu à CTOC por não conseguir realizar o processo. «O balanço é francamente positivo. Com ele, conquistámos credibilidade social.» Pese as congratulações, e a confiança no futuro, o responsável máximo da CTOC alertou que «existe ainda um caminho de qualidade profissional a percorrer» e que «o pior inimigo do TOC é o próprio TOC».

#### «Ética e deontologia profissional»

O painel foi conduzido por Rogério Fernandes Ferreira e apresentou um dos grandes momentos do Congresso dada a mestria oratória de António Lopes de Sá.

#### «A empresa é a nossa responsabilidade fundamental» (Lopes de Sá)

António Lopes de Sá abordou «A ética e o exercício da profissão» com paixão e humor. «Sem uma consciência ética dificilmente temos um papel aceitável para com os nossos semelhantes», referiu. No seu estilo peculiar, Lopes de Sá definiu a

ética como sendo uma «ciência que tem como objecto a convivência humana responsável.» Por isso, e transpondo esta ideia para os TOC, «a empresa é a nossa responsabilidade fundamental e é para com ela que temos de dar o melhor». E porque nem tudo é um mar de rosas, Lopes de Sá trouxe ao congresso o exemplo de algumas das mega-fraudes que abalaram os Estados Unidos e que foram «uma vergonha para a nossa profissão.» Porque, defendeu Lopes de Sá, «a prosperidade de um empreendimento requer cultura e ética.»

#### Deontologia igual a defesa da profissão (Mário Pinheiro)

A deontologia assumiu também um papel de destaque. O cumprimento das normas insertas no Código Deontológico é uma das grandes preocupações da Câmara e algo a que Mário Pinheiro não se cansou de fazer

bém a nossa imagem profissional.» Idoneidade, responsabilidade, competência, independência, confidencialidade, equidade e lealdade para com os profissionais são os pilares sobre os quais deverá assentar a actuação dos TOC.

#### «A qualidade na profissão»

O último painel do primeiro dia abordou «A qualidade na profissão». Avelino Antão explicou que os oradores iriam basear as suas intervenções sobre as implicações de Bolonha no sistema de ensino e no controlo de qualidade, que está a dar os primeiros passos.

#### «O licenciado deve ser capaz de resolver problemas» (Lúcia Lima Rodrigues)

A professora da Universidade do Minho, Lúcia Lima Rodrigues, referiu que já existem instituições de ensino superior a



referência. Este TOC alerta os profissionais para que «consultem e compreendam o Código Deontológico. É necessário que caminhemos no sentido correcto», salientou, justificando este apelo com o facto de da actuação dos TOC «depender tam-

disponibilizarem mestrados e doutoramentos em Contabilidade e que em breve os politécnicos também vão passar a ministrar mestrados. Lúcia Lima Rodrigues acrescentou que a formação será orientada para objectivos específicos. A presiden-



te do conselho editorial da revista «Contabilidade e Gestão» referiu que se pretende colocar alunos a trabalhar no mercado de trabalho ao fim de três anos de curso. «O licenciado deve ser capaz de resolver problemas, fundamentar questões e compreender de forma sistemática os problemas contabilísticos que se lhe deparam», ressaltou. Lúcia Rodrigues referiu ainda que a chave para o sucesso será «a necessidade permanente de actualização».

**«Os TOC devem contribuir para a sua dignificação social»  
(Lopes Pereira)**

António Lopes Pereira abordou o «Controlo da qualidade profissional» e referiu que os TOC devem contribuir para a sua dignificação social, mas também é preciso que «a sociedade nos reconheça como técnicos qualificados» e, nesse particular, sublinhou, «temos feito muito pouco nos últimos anos». O membro do Conselho Técnico aflorou os estatutos, os princípios deontológicos gerais e as responsabilidades dos profissionais e adiantou que «é estatutária e colectivamente desejável o sistemático acompanhamento junto dos colegas no sentido de

estes se empenharem na sua evolução qualitativa para logrem padrões de qualidade». O presidente da Comissão de Controlo de Qualidade adiantou ainda que «a CTOC não se está a substituir às entidades certificadoras» e que «o objectivo não é certificar os TOC e os escritórios de Contabilidade.»

**«Responsabilidade profissional do TOC»**

O segundo dia arrancou com um painel caro a todos os profissionais, apresentado por António Nunes dos Reis, ex-Direc-

tor-geral dos Impostos: «Responsabilidade profissional dos TOC». Um tema que mereceu especial atenção e cuidado por parte da assistência.

**Mudança de mentalidade, precisa-se!  
(Clotilde Palma)**

Clotilde Celorico Palma debruçou-se sobre as «Responsabilidades/novas oportunidades» que a responsabilidade profissional pode trazer para os TOC. Começando por lembrar que a história da profissão tem sido de «sucesso, apesar de alguns percalços iniciais», esta docente universitária desdramatizou o conteúdo do artigo 24.º da Lei Geral Tributária (LGT) e defendeu que isso deve ser abordado «de forma serena». Clotilde Palma chamou também a atenção para o facto de subsistirem situações complexas, exemplificando com a definição vaga de conceitos como «a regularização técnica nas áreas contabilística e fiscal.» Apesar do caminho percorrido ter sido meritório, a oradora deixou uma certeza: nada de relevante se conseguirá no futuro se não

foram alteradas, de forma transversal, as mentalidades.

**Sigilo não é só um dever mas também um direito  
(Duarte Abecasis)**

«A responsabilidade civil/sigilo profissional» foi analisada por Duarte Abecasis que iniciou a sua exposição com a definição de sigilo profissional - «obrigação de guardar reserva» - na qual se pode abarcar a informação tributária dos clientes, o dever de confidencialidade e o sigilo fiscal.

Este especialista referiu que o interesse público da função de TOC acaba por fazer dele «um colaborador do Estado», uma vez que os profissionais «têm uma responsabilidade perante os cidadãos na arrecadação da receita e da melhor redistribuição da mesma.» O orador colocou especial ênfase no facto de o sigilo profissional não ser apenas um dever mas também um direito dos TOC. Por fim, foi lembrado que as consequências do incumprimento passam pela responsabilidade penal, disciplinar e civil.





para a necessidade da sua «maleabilidade». Este professor universitário deixou algumas ideias para reflexão: «Existem soluções contabilísticas mal utilizadas»; «os TOC não são milagreiros e, por isso, o valor das empresas é dado pelo mercado» e «a sociedade sobrevaloriza a informação contabilística.»

### A onda internacional das «niquinhas» (Cunha Guimarães)

«As Normas Internacionais de Contabilidade e a Fiscalidade» foi o tema a cargo de Joaquim Cunha Guimarães. Mas as primeiras palavras do presidente do conselho fiscal da TOC foram em forma de homenagem para alguns profissionais que «lutaram por esta causa», entretanto falecidos, como Sousa Franco. Entrando no tema, Cunha Guimarães defendeu que «as NIC são quase uma montanha que pariu um rato» e que, por vezes, «somos levados nesta onda de internacionalização. Diria que são “niquinhas” e não NIC», gracejou Cunha Guimarães. Sobre a relação entre Contabilidade e Fiscalidade, o orador falou de uma «ponte» cada vez mais estreita entre as duas ciências, tendo lançado a seguinte questão: «Se não fosse a Fiscalidade, será que a Contabilidade teria a importância que tem?».

### «Normalização Contabilística»

O segundo painel da manhã de sábado foi dedicado a um dos temas mais actuais para os profissionais: «A normalização contabilística». José Vieira dos Reis, ex-bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incentivou a que exista «sentido crítico» no processo de normalização

normas não estão a ser aplicadas de forma consistente no Velho Continente e, por isso, as autoridades da UE estão empenhadas no *enforcement* das normas. O professor do ISCA de Aveiro argumentou ainda que o grau de eficácia das normas depende da interpretação das mesmas e que empresas com culturas diferentes podem suscitar interpretações diversas e, logo, resultados distintos.

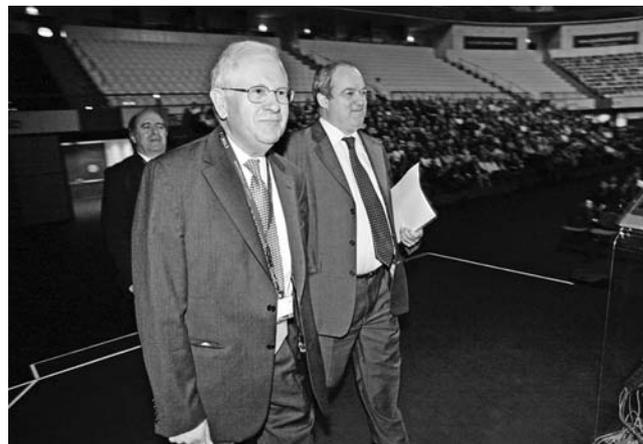
tabilística em Portugal», tema abordado por Pinheiro Pinto, começou com uma questão: «Quarenta anos depois dos primeiros passos da normalização, será que valeu a pena? A normalização contabilística internacional só é defensável por questões e argumentos políticos», adiantou. «Não sou contra a normalização, sou contra esta normalização», reforçou, evocando alguns ensinamentos de Rogério Fernandes Ferreira: «Comparar para quê? O essencial é conhecer a realidade». Sobre o plano de contas advertiu

### Os diversos «interpretadores» das NIC (Domingos Cravo)

Domingos Cravo tratou do tema «Perspectivas evolutivas da normalização» e declarou que «as normas contabilísticas podem ser usadas como instrumentos de política económica». O docente disse que a introdução das NIC se deveu ao facto de «ser preciso fazer algo para que a Europa não ficasse fora na competição com mercados externos de capitais» e não escondido o seu cepticismo em relação às NIC, referindo que as

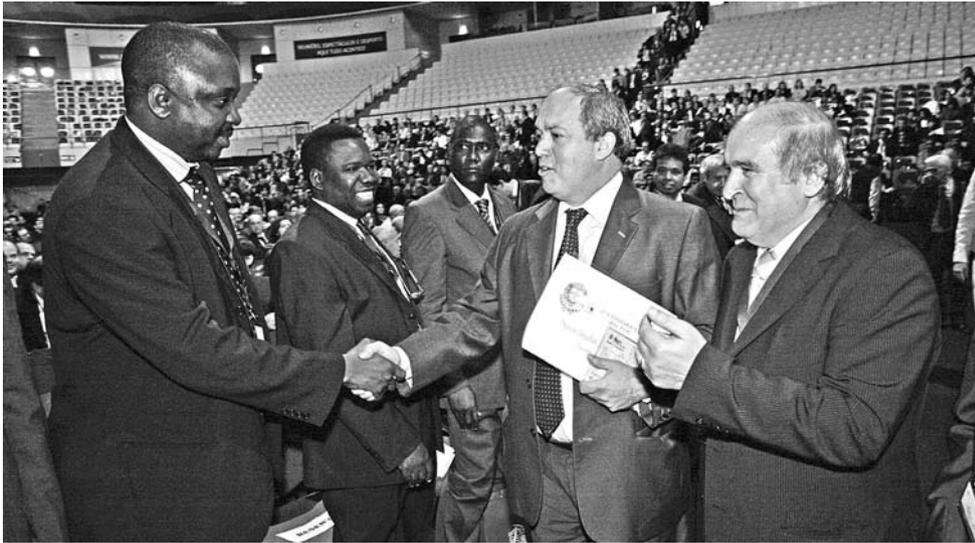
### «Sou contra esta normalização» (Pinheiro Pinto)

«O papel da normalização con-



### «Os TOC na Administração Pública»

O último painel do II Congresso não desiludiu. Bem pelo contrário. Subordinado ao tema «O TOC na Administração Pública» teve como moderador Guilherme d'Oliveira Martins,



conselheiro presidente do Tribunal de Contas (TC) que, após ouvir as intervenções de João Carvalho e Rui Rio acabou, também ele, por deixar mensagens importante aos Técnicos Oficiais de Contas. «Precisamos de criar riqueza e desenvolvimento e não mecanismos que nos deixem à mercê do mercado de capitais», sublinhou este responsável. Oliveira Martins mostrou-se favorável à introdução dos TOC na Administração Pública e à apresentação de contas consolidadas por parte das entidades públicas. Apontando noutra direcção, o responsável máximo do Tribunal de Contas, garantiu que muitas vezes «o poder local é apontado como bode expiatório, mas a realidade não é essa. O mal está na indisciplina e na inexistência de mecanismos de controlo.»

#### **Aproximar CTOC e Administração Pública** *(João Carvalho)*

Apesar de ser um tema difícil («O TOC como factor de valor acrescentado»), como o próprio João Carvalho reconheceu, o certo é que foram deixadas al-

gumas pistas interessantes. Desde logo, este professor universitário especialista em Contabilidade Pública, começou por desafiar as instituições de ensino a terem também um projecto de simulação em gestão pública na estrutura de estágio até porque «implementação do POCP é ainda bastante reduzida, mas o POCAL tem já um nível bastante significativo.» No entanto, deixou uma dúvida: «Será que um país tão pequeno precisa de tantos POC públicos?» Sendo um dos responsáveis pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, obra que a CTOC apoia, João Carvalho garantiu ainda que «o défice das autarquias não é tão elevado como muitas vezes transparece na Comunicação Social», ao mesmo tempo que vê aspectos positivos com a eventual aprovação da nova Lei das Finanças Locais, uma vez que ela obriga à apresentação de contas consolidadas. Têm ou não os TOC os conhecimentos necessários em Contabilidade Pública? João Carvalho pensa que sim, ao mesmo tempo que defendeu que «uma aproximação da

CTOC e da Administração Pública pode ser uma mais-valia importante.»

#### **Pedagogia em prol do rigor na gestão pública** *(Rui Rio)*

A intervenção subordinada ao tema «A valorização da Contabilidade Pública na acção política» foi, indiscutivelmente, um dos grandes momentos do II Congresso. Rui Rio, no seu estilo directo, rapidamente galvanizou a assistência, disparando sem receio em várias direcções. «Devemos tratar, no mínimo, a coisa pública como tratamos das nossas coisas», começou por dizer o presidente da Câmara Municipal do Porto para, de seguida, afirmar de forma convicta: «Na política, a Contabilidade é vista como coisa menor e isso está errado. Na política, a Contabilidade não pode ser vista desta maneira porque é verdadeiramente importante para o futuro do país.» A assistência gostou do que ouviu e aplaudiu. Rui Rio continua a defender que o país vive acima das suas possibilidades e num discurso com desti-

natários definidos, afirmou que «em Portugal, o critério tem sido o da popularidade em vez de um rigoroso critério de gestão. Este é um país onde quem respeita a Contabilidade não tem votos. Mas fazer com rigor e ter as instituições ordenadas é uma acção tão ou mais nobre do que inaugurar obras de fachada.»

O presidente da edilidade portuguesa reforçou a ideia de que «mudar o país é tarefa de todos, sem excepção.» E para mudar, é preciso efectuar reformas. E as reformas, disse Rui Rio «esbarram sempre num qualquer direito adquirido. Não compreendo como é que só existem direitos e ninguém tem obrigações adquiridas.»

Analisando a nova Lei das Finanças Locais, Rui Rio disse não estar de acordo com ela mas reconheceu-lhe alguns aspectos positivos, uma vez que «tenta impor critérios de gestão. O endividamento líquido que está na lei tem uma racionalidade técnica», ao mesmo tempo que defendeu a introdução de ROC e TOC nas autarquias, também ao contrário do que muitos autarcas temem: «É bom para mim, só me defendem. Se algo estiver mal, eles serão os primeiros a dizer o que é necessário corrigir.»

Rui Rio só vê uma solução para o país ultrapassar os problemas que enfrenta: «É necessário fazer pedagogia. Por isso é que estou aqui. Por não a fazermos é que temos o país que temos, a gastar o que não tem. É fundamental que na Administração Pública se responsabilize os dirigentes pela sua actuação.» ★